

Coletiva de Mulheres Negras em Movimento: Entre o Levante e a Resistência na Paralisação Estudantil da PUC-SP (Maio de 2025)

Thais dos Santos Miranda¹
Daniela Cristina Augusto Campos²
Samara Santos Souza Maranhão³
Creusa Teles dos Santos⁴
Vanessa Isabella dos Santos Ramos⁵

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e integrante da Coletiva de Mulheres Negras discentes do Programa; São Paulo.

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e integrante da Coletiva de Mulheres Negras discentes do Programa; São Paulo.

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e integrante da Coletiva de Mulheres Negras discentes do Programa; São Paulo.

4 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e integrante da Coletiva de Mulheres Negras discentes do Programa; São Paulo.

5 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e integrante da Coletiva de Mulheres Negras discentes do Programa; Bauru.

RESUMO

Este artigo apresenta a participação da Coletiva de Mulheres Negras do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP durante a Paralisação Estudantil em Maio de 2025. Com base em um relato de experiência, destaca-se o aquilombamento como estratégia de enfrentamento ao racismo institucional e de fortalecimento entre discentes negras/os. As ações desenvolvidas articularam os cursos de graduação e pós-graduação, promovendo espaços de escuta, cuidado e resistência dentro da universidade.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Racismo institucional; Aquilombamento; Universidade; Resistência estudantil.

INTRODUÇÃO

Este texto parte da experiência vivida pela Coletiva de Mulheres Negras do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP “Não andamos Só” durante a Paralisação Estudantil da PUC-SP em maio de 2025, buscando refletir criticamente sobre as estratégias de resistência, o enfrentamento ao racismo institucional e as articulações políticas que marcaram o movimento.

Inspiradas nas palavras de Lorde (2019), somos convidadas a compreender a força que emerge da união entre mulheres negras diante das múltiplas opressões que atravessam nossos corpos, nossas histórias e nossas lutas. A paralisação não foi apenas um momento de contestação institucional, mas, sobretudo, um espaço de resistência coletiva, onde vozes negras romperam o silêncio imposto pelo racismo estrutural e criaram novas possibilidades de existência e transformação social. Este texto busca narrar e analisar a atuação da Coletiva de Mulheres Negras nesse contexto, destacando seus desafios, estratégias e conquistas dentro e fora da universidade.

Essa resistência coletiva é necessária porque o debate sobre relações raciais no Brasil não é pontual, mas estrutural e histórico. Desde o início, as questões raciais no país têm raízes profundas, forjadas em quase quatrocentos anos de escravidão. Esse legado histórico gerou desigualdades sociais e raciais que sustentaram o enriquecimento de poucos às custas do empobrecimento de muitos, configurando um desafio que atravessa instituições, espaços de ensino e a vida cotidiana.

Antes e agora, nossa forma de lidar com as reivindicações carrega uma característica própria, moldada pela ancestralidade. Apesar de uma história marcada por dores e violências, nosso povo permanece em resistência constante, atuando nos mais diversos territórios e campos sociais, culturais e econômicos, buscando sempre avançar na medida do possível.

Ao contrário do que a história colonial nos conta, Moura (2019, p. 268) demonstra que as pessoas negras jamais foram passivas diante do sistema escravagista, organizando-se politicamente e promovendo revoltas que causaram desgaste ao sistema. Gonzalez (2020, p. 53) aprofunda essa discussão ao destacar a atuação singular das mulheres negras, ressaltando sua contribuição nos processos organizativos dessas lutas e a resistência passiva exercida no interior da casa grande.

Para hooks (2019), o racismo persiste ao fazer pessoas negras acreditarem que seriam mais valorizadas se fossem brancas, mantendo a inferiorização e o controle de seus corpos.

E o que resta para nós? Muitas possibilidades concretas para enfrentar as diversas facetas do racismo interpessoal e institucional, bem como os mecanismos que perpetuam a hierarquização das relações raciais, desde a objetificação dos corpos pretos até a luta por

representatividade, voz e protagonismo. Vivemos em constante resistência, buscando provar aquilo que nos é negado, confrontando o racismo estrutural, institucional⁶ e interpessoal⁷ presente em nossa sociedade.

A “Democracia Racial” se revela ilusória, pois pessoas negras carregam os fardos da desigualdade enquanto pessoas brancas usufruem dos benefícios. Em ambientes onde brancos veem harmonia, há, na verdade, hostilidade disfarçada. A resistência diária é o que desafia essa falsa ideia de uma branquitude sem racismo.

Reconhecer o racismo é, para muitos, uma acusação grave. Como superá-lo e transformar coletivamente os espaços? O Movimento Estudantil da PUC-SP, por meio da paralisação e das pautas, criou um instrumento eficaz para evidenciar o racismo sem comprovar cada denúncia.

Este texto parte do relato de experiência da Coletiva de Mulheres Negras, registrando desafios, ações coletivas e processos de mobilização que evidenciam o aquilombamento⁸ como prática política e afetiva. A articulação com coletivos da graduação, o apoio à paralisação, a organização de eventos e a construção de manifestos revelam o engajamento da Coletiva na denúncia do racismo institucional e na luta por permanência digna na universidade.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Primeiras aproximações com as tensões entre graduação e pós-graduação

A Coletiva de Mulheres Negras Discentes do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da PUC-SP nasce da necessidade de criar um espaço de fortalecimento para estudantes negras/os. Esse ambiente, marcado por uma lógica eurocêntrica e colonialista, sustenta o racismo institucional e torna-se frequentemente inóspito à presença negra, reproduzindo violências raciais veladas pelo “pacto narcísico da branquitude” (Bento, 2022).

A partir de difíceis experiências vividas por discentes negras/os e indígenas envolvendo micro agressões e violências raciais, compreendemos a urgência do “aquilombamento” como estratégia de ocupação e resistência no espaço acadêmico. Sob essa perspectiva, iniciamos encontros com o objetivo de garantir um espaço acolhedor, de cuidado mútuo e fortalecimento para novas/os ingressantes do programa. Como afirma Bambara (2023, p. 64), “o interesse é o desenvolvimento das nossas irmãs e da nossa comunidade”.

Além dos encontros semestrais, a Coletiva “Não andamos só” tem se articulado em diversas frentes de mobilização, destacando-se o apoio à Paralisação Estudantil da PUC-SP em 2025, em resposta às exclusões no ambiente acadêmico. Em 2024, questionamentos sobre bolsas a estudantes negras/os evidenciaram o racismo institucional e a necessidade de ações coletivas.

6 Não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça (Almeida, 2019, p. 26).

7 Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais (Almeida, 2019, p. 25).

8 O termo “aquilombamento” ganhou um sentido contemporâneo como forma de resistência política e cultural. É uma prática presente em movimentos afro-brasileiros que busca construir redes de apoio, promover a conscientização racial, a autonomia e preservar tradições culturais africanas. Assim, o aquilombamento simboliza a resistência à opressão e a construção da identidade coletiva afrodescendente no Brasil. Disponível em <https://wikifavelas.com.br/index.php/Aquilombamento>. Acesso em 06/07/2025

Tais episódios revelam que, embora o discurso em defesa das ações afirmativas esteja presente, sua efetivação prática ainda enfrenta resistência, especialmente quando o acesso de pessoas negras representa renúncias para grupos historicamente privilegiados. Nesse contexto, foi organizado o evento “Ações Afirmativas e as Cotas Étnico-Raciais: a luta por acesso e permanência na Universidade”, promovido por uma comissão composta por docentes e discentes da graduação e pós-graduação, na qual a Coletiva participou ativamente, em articulação com outros coletivos estudantis.

Essa mesma urgência coletiva se expressou na paralisação estudantil, inicialmente organizada pelo Movimento Estudantil da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, em articulação com a Coletiva Afroindígena Saravá, tendo adesão pelos Coletivos de Estudantes Negros/as da Graduação e diversos Grupos, Centros Acadêmicos, Coletivos, Movimentos Sociais existentes no interior da universidade e também fora dele, dentre os Coletivos que se destacaram nesta articulação podemos mencionar a Coletiva Saravá, Centros Acadêmicos dos Cursos de Serviço Social, Ciências Sociais, Relações Internacionais, Psicologia Coletivo da Ponte pra Cá, Movimento Negro Unificado (MNU), Quilombo Oxê e muitos outros.

A pauta centralizou-se em questões estruturais, econômicas, de acesso e permanência estudantil, com destaque para o combate ao racismo institucional e a apuração das denúncias já apresentadas por discentes à Reitoria. O engajamento na mobilização iniciou-se a partir da apresentação da carta-manifesto, que sistematizou diversas denúncias sobre a precarização das condições de permanência estudantil, o racismo institucional e interpessoal reproduzido no ambiente acadêmico, além de reivindicações pela criação de políticas de permanência estudantil, implementação de currículo antirracista, estabelecimento imediato de um programa de letramento racial para docentes, reabertura de vagas em cursos, redução de mensalidades, entre outros pleitos.

Neste processo, a Coletiva contribuiu ativamente na mobilização das/os discentes, participando das assembleias, na elaboração de uma Nota Pública em apoio ao movimento, além de organizar e realizar aulas públicas sobre relações étnico-raciais e de gênero, articulando essas reflexões à necessidade de transversalidade curricular. Estivemos presentes em momentos emblemáticos da paralisação, como a assembleia que decidiu pela ocupação da universidade e aquela em que foi comunicada a judicialização da reintegração de posse do prédio pela Fundação São Paulo (FUNDASP).

Após sete dias intensos de ocupação, a maioria das reivindicações do movimento estudantil foi atendida pela Universidade — um marco importante que representa uma grande vitória para os/as estudantes. A articulação entre graduação e pós-graduação não apenas evidenciou tensões institucionais, mas também reafirmou a potência do aquilombamento como estratégia coletiva de enfrentamento ao racismo institucional.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Coletiva de Mulheres Negras na Paralisação Estudantil da PUC-SP demonstrou que a resistência coletiva negra, quando organizada a partir da escuta, do cuidado e da ancestralidade, é capaz de tensionar estruturas racistas profundamente enraizadas. O aquilombamento, enquanto prática política e afetiva, permitiu construir redes de apoio e ação entre graduação e pós-graduação, promovendo não apenas a denúncia das violências institucionais, mas também a proposição de novos modos de existir e ocupar a universidade.

A vivência da Coletiva reafirma que a presença negra na universidade é, por si só, um ato político. Mas quando essa presença se articula, se organiza e transforma o espaço, ela se torna ainda mais potente. A luta por permanência, reconhecimento e dignidade segue. Seguimos

em marcha não mais sós, mas juntas, em coletivo, em levante e em resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo. Pólen, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político econômica. In: **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvi Libanio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019b.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: Ensaio e conferências**. 1. ed. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

TATE, Claudia. et al. (org.). **Vozes Negras: A Arte E O Ofício Da Escrita**. Editora Darkside; 1ª Edição, 2023.